TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ (TRE/PA)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS EFETIVOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL Nº 1 – TRE/PA, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013 - NORMATIVO

Código

101

Data e horário

Domingo

23/2/2014

8 horas

(Horário Oficial do Pará)

PROVA APLICADA

Analista Judiciário: Área Judiciária – Sem Especialidade

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
  - um **caderno de questões** das **provas objetiva e discursiva** contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, e apenas uma alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
  - um **cartão de respostas** ótico personalizado; e
  - uma **folha de respostas da prova discursiva**.
- Verifique se a numeração das questões, a paginação do **caderno de questões** e as codificações do **cartão de respostas** ótico e da **folha de respostas da prova discursiva** estão corretas.
- Quando autorizado pelo **fiscal do IADES**, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado do **cartão de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Faz-se do amigo próximo, distante.

- Você dispõe de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para fazer as **provas objetiva e discursiva**, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** ótico e o preenchimento da **folha de respostas da prova discursiva**.
- Somente será permitido levar o **caderno de questões** após 4 (quatro) horas do início das provas.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início das provas, você poderá entregar seu **cartão de respostas** ótico e a **folha e respostas da prova discursiva** e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do **IADES** o **cartão de respostas** e a **folha de respostas da prova discursiva** devidamente assinados.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a **caneta esferográfica de tinta preta** ou **azul**, **fabricada de material transparente**.
- Não é permitido a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. Desligue e guarde em embalagem fornecida pelo fiscal do **IADES**: máquina fotográfica; telefone celular; relógio; gravador; *bip*; receptor; *pager*; *notebook*; *tablet* eletrônico; *walkman*; aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais; agenda eletrônica; *palmtop;* régua de cálculo; máquina de calcular e (ou) qualquer outro equipamento similar.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Você poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas somente na companhia de um **fiscal do IADES**.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas da prova objetiva** e na **folha de respostas da prova discursiva**. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale, no **cartão de respostas** ótico, uma única alternativa.
- O **cartão de respostas** ótico e a **folha de respostas da prova discursiva** não podem ser dobrados, amassados, rasurados ou manchados e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrir, fortemente, com **caneta esferográfica preta** ou **azul**, o espaço a ela correspondente. Marque as respostas assim:

PROVA TIPO C

Realização: iades

CONHECIMENTOS BÁSICOS
Questões de 1 a 25

LÍNGUA PORTUGUESA
Questões de 1 a 8

Texto 1 para responder as questões de 1 a 3.

TSE lança campanha para incentivar jovens a tirar título de eleitor e votar em 2014

Com o tema "Eu me represento: eu voto" e o slogan "Vem para a urna", começou a ser veiculada na última quarta-feira (16) nas emissoras de rádio e TV a Campanha do Jovem Eleitor. Desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a iniciativa busca incentivar os cidadãos de 16 e 17 anos – para os quais o voto é facultativo – a procurar um cartório eleitoral para tirar seu título e, assim, participar ativamente do pleito de 2014.

A campanha também tem o objetivo de fortalecer a cidadania, estimulando a participação do eleitor jovem nos rumos da política nacional, primeiramente, por meio do voto consciente, em candidatos com a ficha limpa e, em seguida, com ações de fiscalização da atuação de seus representantes. Além disso, a iniciativa busca evitar a formação de filas nos cartórios às vésperas da eleição.

Disponível em: <http://www.tre-pa.jus.br/noticias-tre-pa/2013/Outubro/tse-lanca-campanha-para-incentivar-jovens-a-tirar-titulo-e-votar-em-2014> Acesso em: 30/12/2013, com adaptações.

QUESTÃO 1

A respeito da Campanha do Jovem Eleitor, é correto afirmar que

(A) não há coerência entre o seu tema e o seu *slogan*.
(B) está voltada, principalmente, aos jovens que têm o dever de votar em 2014.
(C) foi desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em parceria com as emissoras de rádio e TV.
(D) tem apenas um objetivo: incentivar os cidadãos de 16 e 17 anos a tirar seu título.
(E) pretende estimular a participação do eleitor jovem nos rumos da política nacional, a fim de fortalecer a cidadania.

QUESTÃO 2

Considerando as relações morfossintáticas e semânticas do trecho "a iniciativa busca incentivar os cidadãos de 16 e 17 anos – para os quais o voto é facultativo – a procurar um cartório eleitoral para tirar seu título e, assim, participar ativamente do pleito de 2014." (linhas de 5 a 8), assinale a alternativa correta.

(A) O objeto indireto de "incentivar" é a oração "a procurar um cartório eleitoral".
(B) Em duas orações, ocorre predicado nominal.
(C) Em "para tirar seu título", a conjunção em destaque foi empregada para introduzir uma explicação ao que foi declarado na oração anterior.
(D) "para", em suas duas ocorrências, introduz uma oração subordinada adverbial final.
(E) "ativamente" funciona como adjunto adnominal.

QUESTÃO 3

Com referência às prescrições da norma padrão da língua portuguesa sobre a regência dos verbos e nomes e quanto ao uso da crase, assinale a alternativa que reproduz o sentido da oração "A campanha também tem o objetivo de fortalecer a cidadania" (linhas 9 e 10).

(A) A campanha também deseja ao fortalecimento da cidadania.
(B) A campanha ainda aspira a fortalecer à cidadania.
(C) A campanha ainda objetiva a fortalecer a cidadania.
(D) A campanha também visa ao fortalecimento da cidadania.
(E) A campanha também anseia à fortalecer a cidadania.

Texto 2 para responder as questões de 4 a 7.

Série Inclusão: a conquista do voto feminino no Brasil

Desde que a professora Celina Guimarães Viana conseguiu seu registro para votar, há 86 anos, a participação feminina no processo eleitoral brasileiro se consolidou. Celina é apontada como sendo a primeira eleitora do Brasil. Nascida no Rio Grande do Norte, ela requereu sua inclusão no rol de eleitores do município de Mossoró-RN, onde nasceu e viveu, em novembro de 1927.

Foi naquele ano que o Rio Grande do Norte colocou em vigor lei eleitoral que determinava, em seu artigo 17, que no estado poderiam "votar e ser votados, sem distinção de sexos", todos os cidadãos que reunissem as condições exigidas pela lei. Com essa norma, mulheres das cidades de Natal, Mossoró, Açari e Apodi alistaram-se como eleitoras em 1928.

Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro no reconhecimento do voto feminino. Também no Rio Grande do Norte, foi eleita a primeira prefeita do Brasil. Em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.

(...)

Disponível em:<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil> Acesso em: 30/12/2013, com adaptações.

QUESTÃO 4

Com base nas informações do texto e nas relações entre as partes que o constituem, assinale a alternativa correta.

(A) A professora Celina Guimarães Viana votou pela primeira vez em 1927, por isso, é apontada como sendo a primeira eleitora do Brasil.
(B) Em novembro de 1927, entrou em vigor a lei que tornou possível o voto feminino no Rio Grande do Norte.
(C) Qualquer cidadão do Rio Grande do Norte, homem ou mulher, passou a poder votar a partir de 1927.
(D) O Rio Grande do Norte foi o primeiro estado brasileiro a reconhecer o voto feminino e a ter uma cidade onde se elegeu uma prefeita.
(E) Cronologicamente, o feito de Alzira Soriano foi anterior ao de Celina Guimarães Viana.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 5

Com relação à norma padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa correta.

(A) Outra redação possível para a oração "há 86 anos" (linha 2) seria fazem 86 anos.

(B) Na oração "ela requereu sua inclusão no rol de eleitores do município de Mossoró-RN, onde nasceu e viveu." (linhas de 5 a 7), no lugar de "sua inclusão" poderia ser utilizado o pronome lhe.

(C) Na oração "onde nasceu e viveu" (linhas 6 e 7), o pronome destacado deveria ser substituído por aonde.

(D) O emprego da vírgula, no início e no fim da oração "onde nasceu e viveu" (linhas 6 e 7), é facultativo.

(E) No trecho "mulheres das cidades de Natal, Mossoró, Açari e Apodi alistaram-se como eleitoras em 1928." (linhas de 12 a 14), a vírgula foi utilizada adequadamente, nas duas ocasiões, para separar termos que desempenham a mesma função sintática.

QUESTÃO 6

Acerca dos mecanismos de coesão, utilizados pelo autor para garantir a coerência do texto, assinale a alternativa correta.

(A) Na oração "ela requereu sua inclusão no rol de eleitores do município de Mossoró-RN" (linhas 5 e 6), "sua" refere-se a "ela", que, por sua vez, retoma o termo "Celina", citado no período anterior.

(B) Na passagem "o Rio Grande do Norte colocou em vigor lei eleitoral que determinava" (linhas 8 e 9), "que" refere-se a "vigor".

(C) O vocábulo destacado em "em seu artigo 17" (linha 9) retoma "Rio Grande do Norte".

(D) No período "Com essa norma, mulheres das cidades de Natal, Mossoró, Açari e Apodi alistaram-se como eleitoras em 1928." (linhas de 12 a 14), o vocábulo destacado foi empregado inadequadamente.

(E) "Assim" (linha 15) foi utilizado para introduzir uma conclusão referente às informações apresentadas nos parágrafos anteriores, por isso poderia ser substituído por Apesar disso.

QUESTÃO 7

Caso o autor opte por reunir em um só período, sem comprometer o sentido original do texto, as três orações que compõem o parágrafo "Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro no reconhecimento do voto feminino. Também no Rio Grande do Norte, foi eleita a primeira prefeita do Brasil. Em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages." (linhas de 15 a 19), a nova redação deveria ser

(A) Como se não bastasse o Rio Grande do Norte ter ingressado na História do Brasil como o estado pioneiro no reconhecimento do voto feminino, ele também o foi na eleição de uma prefeita, ainda que, em 1929, Alzira Soriano ter sido eleita na cidade de Lages.

(B) Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro não só no reconhecimento do voto feminino, mas na eleição de uma prefeita, uma vez que, em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.

(C) Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro não só no reconhecimento do voto feminino, mas também na eleição de uma prefeita, já que, em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.

(D) Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro não só no reconhecimento do voto feminino, como na eleição de uma prefeita, já que, em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.

(E) Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro no reconhecimento do voto feminino e também na eleição de uma prefeita, todavia, em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.

QUESTÃO 8

Conforme a norma padrão da ortografia oficial da língua portuguesa, as lacunas dos períodos "____ tantos candidatos corruptos eleitos nas últimas décadas, cabe ___ população brasileira valorizar ___ do que nunca o seu voto em 2014, ano ___ poderá reverter tal quadro.", devem ser preenchidas, respectivamente, com

(A) Face a, à, mais e no qual.

(B) Face aos, à, mais e em que.

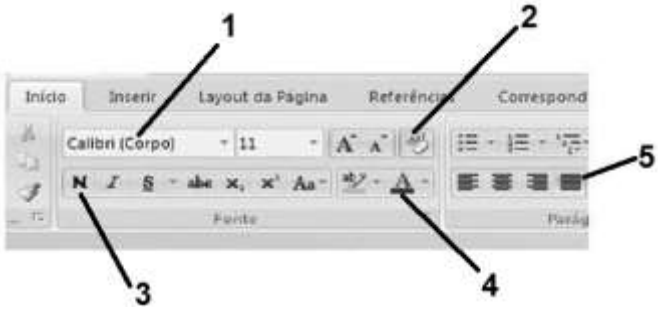
(C) Em face de, à, mais e em que.

(D) Em face de, a, mais e em que.

(E) Em face a, à, mas e no qual.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Questões de 9 a 11

QUESTÃO 9



A imagem apresenta é parte da Faixa de Opções no *software* Microsoft Word. Considerando a imagem, o nome e a função das partes indicadas, assinale a alternativa correta.

(A) 1 →**Fonte.** Altera o tamanho da fonte.

(B) 2 →**Borda do caractere.** Aplica uma borda ao redor de um conjunto de caracteres ou de uma frase.

(C) 3 →**Negrito.** Aplica negrito ao texto selecionado.

(D) 4 →**Sublinhado.** Desenha uma linha sob o texto selecionado.

(E) 5 →**Justificar o parágrafo.** Cria um espaço para inserção de comentários e justificativas no documento.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 10

Qual sinal deve ser colocado antes de qualquer comando para que o *software* Microsoft Excel reconheça uma função?

(A) **=** (igual).
(B) **!** (exclamação).
(C) **$** (cifrão).
(D) **++** (dois sinais de mais).
(E) **(*)** (asterisco entre parênteses).

QUESTÃO 11

Em relação aos termos e tecnologias utilizados no ambiente de *Internet*, assinale a alternativa correta.

(A) WWW é a sigla para *world wide web* (teia de alcance global). Os endereços dos sítios eletrônicos na *web* são reconhecidos pelo uso do símbolo @ (arroba). Geralmente, o endereço apresenta as seguintes indicações: nomedosítio@www.com ou nomedosítio@www.com.br.
(B) A extranet tem o mesmo significado da Internet, com uma única diferença: ela permite a troca de hipertexto, imagem, áudio e vídeo entre plataformas (sistemas operacionais e *hardware*) diferentes, o que não ocorre na Internet.
(C) Os navegadores (*browsers*) são programas que permitem acessar a Internet pelas páginas da *Web*.
(D) O *File TransferProtocol* (FTP) cria uma hierarquia de domínios e é o coração da Internet. Os domínios são classificados por país e recebem uma terminação para cada um deles (ex.: no Brasil, a terminação é **.com.br**).
(E) A Intranet, que está atualmente em estágio avançado de desenvolvimento, substituirá em breve a Internet, pois permitirá a transmissão de imagens em 3-D com alta velocidade.

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS
Questões de 12 a 16

QUESTÃO 12

Considere hipoteticamente que Maria, servidora pública federal, foi citada no âmbito do processo administrativo disciplinar (PAD), regido pela Lei nº 8.112/1990. Com base nessa situação, assinale a alternativa que indica um procedimento que, no seu rito ordinário, é previsto após o referido momento processual.

(A) Interrogatório de Maria.
(B) Inquirição de testemunhas.
(C) Publicação do ato que constituir a comissão processante.
(D) Indiciação de Maria.
(E) Apresentação de defesa escrita de Maria.

QUESTÃO 13

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, no que se refere às disposições preliminares e ao provimento de cargos públicos, assinale a alternativa correta.

(A) Não é possível o provimento de cargos públicos senão em decorrência de prévia aprovação e classificação em concurso público.
(B) A referida lei veda o provimento de cargos públicos a estrangeiros, excepcionando tão somente no caso de professores de universidades e de instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.
(C) São requisitos para nomeação em cargo público a nacionalidade brasileira; o gozo de direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental, sem prejuízo de outros requisitos que possam ser justificados conforme as atribuições do cargo, mas desde que estabelecidos em lei.
(D) Os ocupantes de cargos em comissão são considerados servidores públicos.
(E) Ainda que prevista outras formas de provimento no seu texto originário, a referida lei foi alterada para que somente por meio da nomeação sejam providos os cargos públicos.

QUESTÃO 14

João, servidor público federal, regido pela Lei nº 8.112/1990, pretende utilizar o seu direito de petição, criado pelo referido estatuto funcional. Com base nessas informações, assinale a alternativa que está de acordo com as disposições normativas dessa lei.

(A) É por meio do requerimento que deverá ser iniciado o procedimento, que, em face da hierarquia funcional, sempre será dirigido à respectiva chefia imediata.
(B) Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso que João apresentou em face da decisão que lhe foi desfavorável, os efeitos daquele provimento retroagirão à data do respectivo requerimento que deflagrou o seu exercício de direito de petição.
(C) Ainda que prescrito o prazo para o exercício do direito de João, deve a Administração relevá-lo caso tenha constatado a prática de ato ilegal por agente público, uma vez que a autotutela administrativa exige a anulação dos atos ilegais.
(D) Ainda que cabíveis pedido de reconsideração e recurso, somente esse último interrompe a prescrição.
(E) A despeito de prescritível, o direito de requerer, uma vez configurada força maior, passa a ser prorrogável.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa que apresenta todas as hipóteses expressamente elencadas na Lei nº 8.112/1990, em que há previsão de adoção do procedimento sumário no âmbito do processo administrativo disciplinar (PAD) por ela instituído.

(A) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas e abandono de cargo ou inassiduidade habitual.
(B) Quando deliberadas após a consideração da natureza e da gravidade da infração cometida, dos danos que dela provierem para o serviço público, das circunstâncias agravantes ou atenuantes e dos antecedentes funcionais.
(C) Quando a conduta do servidor for punível com a penalidade de advertência ou suspensão de até 30 dias.
(D) Acumulação ilegal de cargos públicos e abandono de cargo.
(E) Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal.

QUESTÃO 16

Considerando as hipóteses apresentadas envolvendo servidores públicos regidos pela Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa que corresponde a um direito ou a uma vantagem que possui fundamentação de acordo com o contido na referida lei.

(A) José faltou ao serviço decorrente de força maior. Nesse caso, desde que chefia imediata aceite a justificativa apresentada, a ausência dele será automaticamente considerada de efetivo exercício.
(B) Maria recebeu pagamento indevido da Administração. Nesse caso, a partir do mês imediatamente subsequente ao processamento da folha, deverão ser iniciados os descontos, em parcelas que não poderão ser inferiores ao correspondente a 10% da respectiva remuneração.
(C) João, observados os demais preceitos legais, terá direito à metade do valor da diária por dia de afastamento se a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por aquelas diárias.
(D) Isabel, servidora que tem o deslocamento da sede como atribuição mas, como exigência permanente do cargo, não terá direito à indenização de transporte quando realizar despesas com o uso de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos.
(E) Pedro foi nomeado para ocupar cargo em comissão que se enquadra nas hipóteses de percepção ao auxílio-moradia. Todavia, para ter tal direito, deverá, entre os demais requisitos legais, comprovar que, a partir da data da respectiva nomeação, nem ele nem sua companheira são proprietários de imóvel no município em que for exercer o cargo.

Área livre

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
Questões de 17 a 20

QUESTÃO 17

Em relação aos processos incidentes previstos no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), assinale a alternativa correta.

(A) Da decisão denegatória em suspensão de segurança proferida pelo presidente do TRE/PA, caberá agravo regimental para o Tribunal.
(B) A arguição de suspeição dos demais Juízes, que não o Relator ou o Revisor, poderá ser suscitada até o início do julgamento.
(C) Encontrado o processo original, não se prosseguirá o feito, extraindo-se certidão da inutilização dos autos reconstituídos.
(D) Se o Tribunal, no conhecer de qualquer feito, verificar que é imprescindível decidir sobre a validade, ou não, de lei ou ato em face da Constituição, decidirá imediatamente sobre a concessão de medida cautelar e, na Sessão seguinte, deliberará sobre o mérito.
(E) Poderão o Presidente do Tribunal, a requerimento do representante do Ministério Público Eleitoral, do partido político interessado, da União, do estado do Pará ou dos municípios por aquele Tribunal jurisdicionados, e para evitar grave lesão, suspender, em despacho fundamentado, a execução de liminar, ou da sentença concessiva de mandado de segurança proferida por juiz eleitoral.

QUESTÃO 18

Quanto ao rito previsto no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), no que se refere aos recursos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assinale a alternativa correta.

(A) O prazo para a interposição do recurso será de oito dias, contado da publicação da decisão, salvo quando versar sobre expedição de diploma em que o prazo será contado da Sessão da Diplomação.
(B) Interposto o recurso ordinário contra decisão do Tribunal, o presidente deverá, na própria petição, mandar abrir vista ao recorrido para que, no mesmo prazo, ofereça as respectivas razões.
(C) Denegado o recurso especial, o recorrente poderá interpor, no prazo de 10 dias, agravo de instrumento.
(D) O presidente somente poderá negar seguimento ao agravo de instrumento que seja interposto fora do prazo legal.
(E) Concluída a formação do agravo de instrumento, o presidente determinará a remessa dos autos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), podendo, ainda, ordenar a extração e a juntada de peças não indicadas pelas partes.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 19

Acerca da organização e da competência do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), dispostas no respectivo Regimento Interno, assinale a alternativa correta.

(A) Sua composição é de sete membros: quatro deles serão escolhidos mediante eleição pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por voto secreto; um, pelo mesmo procedimento, pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região, entre seus membros, e os outros dois, juristas com mais de 10n anos de efetiva atividade profissional de advocacia.

(B) Os juízes e respectivos substitutos, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no máximo, mas nunca por mais de quatro anos.

(C) O juiz pertencente à classe de jurista não ficará submetido à regra da aposentadoria compulsória dos magistrados aos 70 anos de idade.

(D) Nenhum juiz efetivo do referido Tribunal poderá voltar a integrá-lo se já tiver ocupado o mesmo cargo por quatro anos consecutivos.

(E) Não poderão integrar o referido Tribunal pessoas que tenham entre si parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau.

QUESTÃO 20

Considerando que uma associação de moradores, sediada no município de Belém e com mais de um ano de criação, dirige consulta sobre registro de candidaturas ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), assinale a alternativa correta.

(A) A consulta deverá, necessariamente, descrever o caso concreto, com as circunstâncias que propiciem o suficiente entendimento do fato, e, ao final, fazer a pergunta, sob pena de não conhecimento.

(B) As consultas serão distribuídas exclusivamente ao presidente do TRE/PA.

(C) O procurador regional eleitoral dará o respectivo parecer no prazo de até cinco dias da vista aberta pelo relator.

(D) Não é possível essa consulta conforme disposições do Regimento Interno do referido Tribunal.

(E) As consultas somente são apreciadas durante o processo eleitoral.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Questões de 21 a 60

QUESTÃO 21

A respeito dos servidores públicos federais, assinale a alternativa correta.

(A) A Constituição Federal não prevê a necessidade de a lei reservar cargos e empregos públicos para pessoas com necessidades especiais.

(B) É permitida ao servidor público civil a associação a qualquer sindicato.

(C) É permitida a cumulação de cargos públicos pelo mesmo servidor em todas as situações em que não houve incompatibilidade de horário.

(D) O servidor público da administração direta que vier a ocupar um cargo eletivo federal deverá ocupar as duas funções, simultaneamente, sob pena de ser expulso do serviço público.

(E) Com a Constituição Federal de 1988, deixou de ser obrigatória a realização de concurso público para que o cidadão invista-se em um cargo público.

QUESTÃO 22

A respeito dos poderes Executivo e Legislativo, assinale a alternativa correta.

(A) O presidente da República ou o vice-presidente que se ausentar do país por vinte dias, sem licença do Congresso Nacional, não estará sujeito à perda do mandato.

(B) A competência para nomear os ministros de Estado é do presidente da República, mas a de exonerar compete ao procurador-geral da República.

(C) Uma medida provisória não poderá ser revogada por outra.

(D) O Tribunal de Contas da União detém a competência para a iniciativa de lei que trate sobre sua lei orgânica, suas atribuições, competências, cargos e servidores.

(E) A iniciativa de lei do presidente da República será exercida perante o Senado Federal.

QUESTÃO 23

No âmbito dos tribunais pátrios, a respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

(A) Pelo controle difuso, somente o Supremo Tribunal Federal poderá declarar a inconstitucionalidade de lei.

(B) Órgão fracionário de tribunal não poderá afastar a incidência, no todo ou em parte, de determina da lei ou ato normativo, sob pena de violação ao princípio da reserva de plenário.

(C) O modelo de controle de constitucionalidade brasileiro permite que o controle das leis ou ato normativo se dê apenas sob a via incidental.

(D) Pelo controle repressivo objetiva-se a retirada de uma norma inconstitucional do ordenamento jurídico brasileiro.

(E) Somente o poder judiciário é dotado de competência para a fiscalização da constitucionalidade de leis ou atos normativos.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 24

"Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social". A respeito da ordem econômica e social disposta na Constituição, assinale a alternativa correta.

(A) Em que pese viger no Brasil o incentivo à livre iniciativa, para o exercício de qualquer atividade econômica, deverá haver prévia e expressa autorização do órgão público competente.
(B) Pode-se dizer que a atuação do Estado na economia se sujeita ao princípio da subsidiariedade.
(C) Constitui monopólio da União e dos Estados a refinação de petróleo nacional ou estrangeiro.
(D) A livre concorrência, em que pese ser um dos objetivos da ordem econômica e financeira brasileira, não é tida como um princípio constitucional.
(E) Os serviços somente poderão ser prestados pelo Estado, não cabendo delegação ao ente privado.

QUESTÃO 25

Considere as condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, Lei nº 9.504/1997, assinale a alternativa correta.

(A) È proibida aos agentes públicos, apenas servidores, a seguinte conduta: ceder em benefício do candidato bens móveis ou imóveis.
(B) È vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos, nos seis meses que antecedem as eleições, na realização de inaugurações.
(C) É proibido aos candidatos a cargos do Poder Executivo participar, nos seis meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas.
(D) È proibido aos agentes públicos nomear, contratar ou demitir, na circunscrição do pleito, nos seis meses que o antecederem e até a posse dos eleitos.
(E) É proibido aos agentes públicos fazer ou permitir uso promocional em favor do candidato, partido político ou coligação de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.

QUESTÃO 26

A respeito dos partidos políticos, à luz da Lei nº 9.096/1995, assinale a alternativa correta.

(A) Ao partido político é permitido ministrar instrução militar ou paramilitar, utilizar-se de organização da mesma natureza e adotar uniforme para os respectivos membros.
(B) Ao partido político, é autorizada autonomia para definir a própria estrutura interna, organização e funcionamento.
(C) O partido político, após adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil, registra o próprio estatuto perante o Tribunal Regional Eleitoral da respectiva região.
(D) Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos seis meses antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.
(E) O partido político, pessoa jurídica de direito público, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

QUESTÃO 27

No que se refere ao fornecimento de transporte em dias de eleição a eleitores residentes nas zonas rurais, assinale a alternativa correta.

(A) Os veículos e as embarcações, devidamente abastecidos e tripulados, pertencentes à União, estados, territórios e municípios e as respectivas autarquias e sociedades de economia mista, excluídos os de uso militar, ficarão à disposição da Justiça Eleitoral para o transporte gratuito de eleitores em zonas rurais em dias de eleição.
(B) Até 30 dias antes das eleições, a Justiça Eleitoral requisitará dos órgãos da Administração direta ou indireta da União, dos estados, territórios, Distrito Federal e municípios os funcionários e as instalações necessários para possibilitar a execução dos serviços de transporte e alimentação de eleitores.
(C) Em nenhuma hipótese, a Justiça Eleitoral requisitará veículos e embarcações a particulares, para o transporte gratuito de eleitores em zonas rurais, em dias de eleição.
(D) A Justiça Eleitoral divulgará, 30 dias antes do pleito, pelo órgão competente, o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores, dele fornecendo cópias aos partidos políticos.
(E) Os candidatos ou órgãos partidários podem fornecer transporte ou refeições aos eleitores da zona urbana.

QUESTÃO 28

No que concerne ao sistema eleitoral preconizado pelo Código Eleitoral, assinale a alternativa correta.

(A) Na eleição direta para o Senado Federal e para os cargos de governador e vice-governador, adotar-se-á o princípio da representação proporcional.
(B) A eleição para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas obedecerá ao princípio majoritário.
(C) A eleição para deputados federais, senadores e suplentes, presidente e vice-presidente da República, governadores e vice-governadores e deputados estaduais ocorrerá, simultaneamente, em todo o país.
(D) O sufrágio é universal e indireto; o voto obrigatório e secreto.
(E) Na eleição direta para o Senado e a Câmara, será adotado o princípio da representação proporcional.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 29

Considerando os princípios constitucionais relativos aos direitos políticos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) A idade mínima para o cargo de governador e vice-governador é de 25 anos.
(B) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 16 anos.
(C) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os analfabetos.
(D) A idade mínima para o cargo de presidente e vice-presidente é de 30 anos.
(E) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e nos termos da lei.

QUESTÃO 30

Com relação à prestação de contas, assinale a alternativa em que a Lei nº 9.504/1996 (Lei das Eleições) disciplina o prazo de entrega.

(A) Até o trigésimo dia posterior à realização das eleições.
(B) Até o nonagésimo dia posterior à realização das eleições.
(C) Até o encerramento do ano em que realizada as eleições.
(D) Até a cessação da apuração das eleições.
(E) Até um ano após o encerramento das eleições.

QUESTÃO 31

Quanto aos crimes eleitorais previstos no Código Eleitoral, assinale a alternativa correta.

(A) Violação ou tentativa de violar o sigilo de urna ou dos invólucros é crime eleitoral com pena de dois a quatro anos.
(B) Não configura crime eleitoral o fato de o eleitor inscrever-se simultaneamente em dois ou mais partidos.
(C) O crime de violação do sigilo do voto não comporta a tentativa.
(D) Não configura crime eleitoral caluniar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando fins de propaganda, imputar-lo-lhe falsamente fato definido como crime.
(E) A destruição, a supressão ou a ocultação de urna contendo votos, ou documentos relativos a eleição é crime eleitoral com pena de reclusão de dois a seis anos e pagamento de cinco a 15 dias de multa.

QUESTÃO 32

A esfera administrativa é ordenada em razão dos poderes distribuídos entre os agentes administrativos. A respeito dos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) Os servidores públicos têm o dever de acatar e cumprir as ordens de seus superiores hierárquicos, salvo quando essas forem manifestamente ilegais.
(B) Pelo poder de polícia, a Administração poderá punir particular com o qual mantém contrato administrativo, na hipótese em que não execute o objeto contratado.
(C) A omissão, pelo agente público, diante de uma lei que determina a prática de um ato, constitui-se nítido caso de desvio de poder.
(D) Poder de polícia originário é aquele executado pelas pessoas administrativas integrantes da Administração direta e indireta.
(E) Desvio de poder e excesso de poder possuem a mesma definição no âmbito administrativo.

QUESTÃO 33

A respeito da modalidade de licitação intitulada como Pregão (Lei nº 10.520/2002), assinale a alternativa correta.

(A) O pregão na forma como é dado hoje atualmente, tem previsão legal desde a edição da Lei nº 8.666/1993.
(B) No pregão, apresentada a proposta de preços, essa terá, em regra, validade de 90 dias.
(C) Para fins da escolha da proposta mais, vantajosa e diante da maior celeridade atinente à essa modalidade de licitação, é dado ao pregoeiro o direito de limitar o número de competidores, a depender do objeto licitado.
(D) No pregão, diferentemente dos outros procedimentos licitatórios, as fases do certame são invertidas, sendo iniciado pela fase de lances e pela ordem de classificação, abertos, analisados e julgados os documentos referentes à habilitação.
(E) Pelo fato de o pregão ser utilizado para contratação de bens e serviços comuns, o critério utilizado para escolha do vencedor será sempre o da melhor técnica.

QUESTÃO 34

Com relação ao exercício do controle interno e externo da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

(A) O controle externo não poderá ser exercido por um órgão independente.
(B) O controle exercido pelo Congresso Nacional, quanto aos atos normativos praticados pelo Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar, consubstancia-se em controle externo.
(C) O Poder Judiciário, de ofício ou a requerimento da parte, poderá anular um ato praticado pelo Poder Executivo, desde que eivado com manifesto vício de legalidade.
(D) Os servidores responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, procederão com a respectiva apuração, sendo prescindível a comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União.
(E) Constitui-se em obrigação constitucional a mantença, pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de um sistema de controle externo.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 35

A respeito dos serviços prestados pelas entidades públicas, assinale a alternativa correta.

(A) Somente a União e os Estados possuem competência constitucional para prestação de serviços públicos.
(B) Classifica-se como serviços públicos não essenciais aqueles remunerados mediante taxa, que incidirá sobre a utilização efetiva ou potencial do serviço.
(C) Acaso a concessionária de serviço público venha a cometer algum ato ilícito, competirá exclusivamente ao usuário comunicá-lo à autoridade competente.
(D) As parcerias público-privadas (PPPs) são modalidades específicas de contratos de concessão.
(E) Classifica-se como indireta a prestação de serviço público pela Administração Pública indireta.

QUESTÃO 36

Considerando as relações de parentesco, assinale a alternativa correta.

(A) São parentes em linha colateral as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes.
(B) São parentes em linha reta, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.
(C) O cônjuge ou companheiro não se alia aos parentes do outros.
(D) O parentesco se dá, exclusivamente, por vias naturais.
(E) Na linha reta, a afinidade não extingue com dissolução do casamento ou da união estável.

QUESTÃO 37

No que se refere aos atos ilícitos, preconizados no Código Civil, assinale a alternatica correta.

(A) O ato praticado em legítima defesa, em regra, constitui ato ilícito.
(B) A deterioração de coisa alheia a fim de remover perigo iminente é ato ilícito, mesmo que absolutamente necessário.
(C) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, excetto se exclusivamente moral, comete ato ilícito.
(D) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede, manifestamente, os limites impostos pelo seu fim econômico ou social pela boa-fé ou pelos bons costumes.
(E) O ato praticado no exercício regular de um direito, por regra, é ilícito.

QUESTÃO 38

Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

(A) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
(B) Reputa-se ato jurídico perfeito a decisão judicial de que já não cabe recurso.
(C) Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de primeiro grau que comporte a interposição de recurso.
(D) Consideram-se adquiridos os direitos que apenas o seu titular possa exercer.
(E) A lei em vigor terá efeito imediato e geral em qualquer circunstância, sem necessidade de observância da coisa julgada.

QUESTÃO 39

À luz do Código Civil, assinale a alternativa correta acerca da personalidade e capacidade civil.

(A) São relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezesseis anos.
(B) São absolutamente incapazes a todo ato da vida civil os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os deficientes mentais.
(C) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
(D) São relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
(E) São absolutamente incapazes os pródigos.

QUESTÃO 40

Com base na suspeição e no impedimento do magistrado, assinale a alternativa correta.

(A) É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão.
(B) Reputa-se infundada a suspeição de parcialidade do juiz quando este for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.
(C) O magistrado não pode declarar-se suspeito por motivo íntimo.
(D) O magistrado que tenha oficiado como perito no feito não está impedido ou suspeito face à imparcialidade que norteia a perícia.
(E) Reputa-se infundada a suspeição de parcialidade do juiz quando receber dádivas antes de iniciado o processo.

QUESTÃO 41

Em relação ao recurso especial, assinale a alternativa correta.

(A) A interposição do recurso especial impede a execução da sentença.
(B) Não cabe recurso adesivo sobre o recurso especial.
(C) O prazo do recurso especial são quinze dias.
(D) O recurso especial é recebido no efeito suspensivo.
(E) O recurso especial e o recurso extraordinário podem ser apresentados na mesma petição.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 42

No que se refere a citação, a intimação e notificação, assinale a alternativa correta.

(A) A citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender. Para a validade do processo, é indispensável a citação inicial do réu, de forma que, mesmo o comparecimento espontâneo do réu, não supre a falta de citação.
(B) Notificação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.
(C) A citação, exclusivamente, se dá por correio ou oficial de justiça.
(D) Em qualquer hipótese, não se pode citar pessoa que estiver assistindo a ato de culto religioso.
(E) Far-se-á a intimação por meio de oficial de justiça quando frustrada a realização pelo correio.

QUESTÃO 43

Acerca dacompetência regida pelo Código Processual Civil, assinale a alternativa correta.

(A) Determina-se a competência no momento da sentença.
(B) São relevantes, em qualquer caso, as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente ao ajuizamento da ação.
(C) As causas cíveis serão processadas e decididas, ou simplesmente decididas, pelos órgãos jurisdicionais, nos limites de sua competência, ressalvada às partes a faculdade de instituírem juízo arbitral.
(D) A autoridade judiciária estrangeira é competente quando o réu estrangeiro estiver domiciliado no Brasil.
(E) A ação fundada em direito pessoal será proposta, em regra, no foro do domicílio do autor.

QUESTÃO 44

Assinale a alternativa correta quantoàs modificações da competência segundo o CPC.

(A) A competência em razão do valor da causa não se modifica pela conexão.
(B) A competência em razão do território não se modifica pela continência.
(C) Há-se a conexão entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
(D) Reptam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
(E) Ocorrendo separadamente ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele juiz que sentenciou primeiro.

QUESTÃO 45

Considerando a coisa julgada, assinale a alternativa correta.

(A) Há coisa julgada quando se repete ação, que está em curso.
(B) Verifica-se a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.
(C) Os motivos importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença fazem coisa julgada.
(D) Denomina-se coisa julgada formal a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
(E) A apreciação de questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo, faz coisa julgada.

QUESTÃO 46

O art. 44, *caput* do CPB, prevê regras de observância ao Estado-juiz quando analisa a possibilidade de substituição de uma pena privativa de liberdade em restritiva de direitos. Em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

(A) Aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, é possível a substituição por penas restritivas de direitos. Em relação aos crimes culposos, a conversão será permitida qualquer que seja a pena privativa de liberdade aplicada.
(B) Quando o réu não for reincidente em crime culposo, é possível a substituição.
(C) A primariedade, os antecedentes, a conduta social,a personalidade do condenado, os motivos e as circunstâncias indicam que essa substituição seja suficiente.
(D) Na condenação igual ou inferior a dois anos, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos. Se superior a dois anos, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.
(E) Se o condenado for primário, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.

QUESTÃO 47

Em relação ao tema concurso de pessoas no Código Penal Brasileiro (CPB), prevê o art. 29, *in verbis*prevê:

"Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade."

A teoria adotada pelo CPB referente ao concurso de pessoas é a

(A) dualista.
(B) monista sem exceções.
(C) pluralista.
(D) monística, admitindo-se a exceção pluralista à teoria monista.
(E) universalista.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 48

De acordo com o art. 14, inciso II do Código Penal Brasileiro (CPB), um crime é tentado quando o agente inicia a sua execução e ele só não se realiza por circunstâncias alheias à vontade do agente. Considere, hipoteticamente, que Mévio, querendo matar seu desafeto Tício, prostra-se nas imediações da escola em que ele estuda, aguardando o fim do período de aulas. Ao vê-lo, Mévio saca um revólver calibre 38 e efetua seis disparos na direção de Tício, sem, contudo, atingi-lo. Com base na situação apresentada, é correto afirmar que

(A) Mévio não praticou crime algum, pois não atingiu o algoz.
(B) conquanto não tenha acertado o desafeto, Mévio praticou o crime de homicídio tentado, e a referida tentativa é denominada de branca ou cruenta.
(C) a tentativa de Méviopoder ser vista como inidônea, posto que a conduta dele efetivamente criou perigo para a vida de Tício.
(D) o caso hipotético descreve o que a doutrina denomina de tentativa perfeita ou acabada, uma vez que Mévio esgotou o processo de execução, descarregando o revólver no desafeto, mas não o atingiu por circunstâncias alheias à sua vontade. A essa tentativa perfeita ou acabada dá-se o nome de crime falho.
(E) a tentativa de Mévio foi idônea, conquanto o meio utilizado na empreitada criminosa tenha sido absolutamente ineficaz, caracterizando hipótese de crime impossível (CP, art. 17).

QUESTÃO 49

O erro sobre os elementos do tipo penal está previsto no art. 20, *caput* do CBP, conforme transcrição a seguir:
"O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei".
De acordo com os ensinamentos relacionados ao erro de tipo essencial ou incriminador, é correto afirmar que

(A) não há distinção entre o erro de tipo escusável e o inescusável.
(B) reconhecendo o juiz que o agente, ao praticar a conduta, incorreu em erro de tipo essencial, seja ele escusável ou inescusável, tal reconhecimento terá o condão de excluir o dolo e a culpa.
(C) se o erro do agente é invencível, a exclusão da tipicidade é medida que se impõe.
(D) o erro é vencível quando qualquer pessoa no lugar do agente incidiria no mesmo erro. Se o erro é vencível, excluem-se o dolo e a culpa.
(E) se o erro é invencível, admite-se a punição por crime culposo.

QUESTÃO 50

Em relação ao tema coisa julgada no processo penal, assinale a alternativa correta.

(A) A coisa julgada formal impede que qualquer outro juízo reexamine a causa.
(B) A revisão criminal embora não seja propriamente um recurso é um instituto pró-réu. Nesse sentido, é possível afirmar que a coisa julgada no processo penal não é absoluta, podendo-se falar em coisa soberanamente julgada após o julgamento da revisão criminal.
(C) A sentença penal possui na própria estrutura: o relatório, a fundamentação e a parte dispositiva. Os fundamentos da sentença fazem coisa julgada visto que se trata dos limites objetivos da sentença.
(D) A coisa julgada no processo penal poderá atingir quem não foi parte no processo, porquanto um familiar de preso poderá ter auferido proveito do crime, o que é vedado pelo ordenamento.
(E) A coisa julgada material impede que o juízo do caso reexamine a questão.

QUESTÃO 51

De acordo com os impedimentos e as suspeições dos juízes no processo penal, assinale a alternativa correta quanto ao caso de suspeição do juiz.

(A) Se no processo tiver funcionado o próprio cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.
(B) No processo, em que ele próprio ou o respectivo cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
(C) Se no processo tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
(D) Se no processo ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha.
(E) Se ele, o próprio cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.

QUESTÃO 52

O inquérito policial é um procedimento administrativo de investigação, a cargo das Polícias Judiciárias estaduais e federal, com a finalidade precípua de subsidiar as futuras ações penais, públicas ou privada. Acerca do tema inquérito policial, é correto afirmar que

(A) inquérito policial é imprescindível ao ajuizamento da ação penal.
(B) caderno investigativo tem como característica marcante o contraditório.
(C) delegado de polícia, na condição de presidente do inquérito policial, pode solicitar o arquivamento caso não vislumbre qualquer linha de investigação.
(D) Sendo a ampla defesa um direito constitucionalmente consagrado, inclusive daquele que acabou de ser preso, caberá ao delegado de polícia velar pela preservação desse direito no inquérito policial.
(E) ato de indiciamento é privativo do delegado de polícia, não podendo o órgão ministerial imiscuir-se em tal questão.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 53

No que se refere aos titulares das ações penais, assinale a alternativa correta.

(A) O Ministério Público somente é titular das ações penais públicas incondicionadas, uma vez que nas ações condicionadas à representação cabe ao ofendido tomar todas as providências para a higidez do processo.
(B) No caso de ação penal privada personalíssima, caso o querelante morra, o direito de queixa poderá ser exercido pelos familiares deles ou seja, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
(C) Em caso de crime de ação penal privada, o querelante poderá oferecer queixa-crime ao juiz competente, podendo fazê-lo por meio de advogado, ou ainda, agir em causa própria caso disponha de capacidade postulatória.
(D) Em razão do princípio da indisponibilidade, a vítima de crime de ação penal privada não poderá dela dispor depois do oferecimento da peça acusatória (queixa-crime).
(E) De acordo com o CPP, nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, será possível a retratação, desde que ela ocorra antes do recebimento da denúncia.

QUESTÃO 54

Especificamente em relação ao direito brasileiro, é correto afirmar que o Código de Processo Penal adotou, como regra, quanto aos sistemas de apreciação das provas

(A) O sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional.
(B) O sistema da íntima convicção.
(C) O sistema da prova tarifada ou certeza moral do legislador.
(D) O sistema religioso ou ordálico.
(E) Nenhuma das alternativas anteriores, já que o Juiz, sendo o destinatário das provas, está sujeito tão somente ao princípio da legalidade. Em razão disso, ao valorar as provas, poderá seguir quaisquer dos sistemas acima, inclusive mesclando-os.

QUESTÃO 55

Considerando os fundamentos de organização, um servidor, ao descrever o órgão no qual trabalha, caracterizou-o como uma estrutura administrativa dotada de uma amplitude estreita de administração e um número relativamente grande de níveis hierárquicos. Nesse caso, o servidor referiu-se ao conceito de

(A) amplitude administrativa.
(B) amplitude de controle.
(C) estrutura plana ou achatada.
(D) estrutura alta ou aguda.
(E) estrutura centralizada.

QUESTÃO 56

"Não estamos diante de um 'desaparecimento do estado'. Pelo contrário, precisamos de um governo forte, vigoroso e muito ativo. Mas enfrentamos a escolha entre o governo extenso e impotente e o governo que é forte porque se limita a decidir e a dirigir, deixando o 'fazer' para outrem. Precisamos de um governo que pode e deve governar. Isto é, não um governo que 'faz'; não um governo que 'administra'– mas sim um governo que governa."

DRUCKER, Peter F. *As novas realidades*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

Diante dos paradigmas do atual papel do governo na sociedade, a obra de Osborne e Gaebler, *Reinventado o governo*, de 1995, traz o conceito de governo empreendedor. Com base nessas informações, é correto afirmar que esse conceito se refere a um governo

(A) que adota princípios da gestão burocrática como base para as próprias ações.
(B) lento, ineficiente e impessoal.
(C) eficaz, porém ineficiente à medida que não consegue resultados consideráveis.
(D) que, ao visar resultados de melhor resposta às demandas dos cidadãos como clientes, tem base em avaliações periódicas.
(E) que pertence à comunidade, dando responsabilidade ao cidadão em vez de servi-lo.

QUESTÃO 57

A excelência na prestação de um serviço possui fundamentos e critérios. Considere, hipoteticamente, que determinado órgão, obtém a compreensão e segmentação do conjunto das atividades e processos da organização que agreguem valor às partes interessadas, sendo que a tomada de decisões e a execução de ações têm como base a medição e a análise do desempenho, levando-se em consideração as informações disponíveis. É correto afirmar que esse órgão está em consonância com o fundamento ou critério da (o)

(A) visão de futuro.
(B) geração de valor.
(C) orientação por processos e informações.
(D) foco no cidadão e na sociedade.
(E) liderança e constância de propósitos.

QUESTÃO 58

Órgãos setoriais do governo federal têm posto em prática, nos últimos anos, muitos dos mecanismos anteriormente usados apenas na administração de empresas privadas. Um conceito relevante nos últimos cinco anos que aproxima as administrações públicas e privadas é a gestão por resultados. A respeito do tema, assinale a alternativa que apresenta uma ferramenta utilizada pelo governo federal nesse campo.

(A) Contratualização de resultados.
(B) Criação de planos de cargos.
(C) Concessão de benefícios pessoais.
(D) Prestação de serviços públicos.
(E) Descentralização político-administrativa.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 59

Por meio do Decreto nº 5.378/2005, o governo federal instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA) com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País. Quanto à excelência nos serviços públicos, assinale a alternativa que contém todos os elementos dos quatro blocos constantes do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP).

(A) Planejamento, execução, controle e ação corretiva.
(B) Liderança, estratégias, planos, cidadãos, sociedade, pessoas, processos, resultados, informações e conhecimento.
(C) Planejamento, processos, resultados, controle e *feedback*.
(D) Estratégias, planos, rotas, caminhos, direção e coordenação.
(E) Análise do ambiente, geração de alternativas, definição de objetivos, controle dos resultados e ação corretiva.

QUESTÃO 60

Do ponto de vista da Administração Pública federal e da doutrina do direito administrativo, o TRE-PA, integrante do Poder Judiciário federal, é um órgão

(A) descentralizado.
(B) desconcentrado por colaboração.
(C) desconcentrado.
(D) descentralizado por colaboração.
(E) descentralizado por outorga.

Área livre

PROVA APLICADA

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva:

- A prova discursiva consiste na elaboração de um texto dissertativo.
- A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e não deverá conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- O texto deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 40 (quarenta) linhas, com base no tema a seguir apresentado.

Leia, com atenção, o texto a seguir.

Das condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais

A administração da coisa pública não pode parar em ano eleitoral. É verdade. Mas, também não deve ser utilizada para beneficiar qualquer candidato interessado na disputa eleitoral. A administração pública e seus agentes têm de manter a devida neutralidade para não desequilibrar as eleições. Neste sentido, as condutas vedadas foram previstas nos arts. 73 a 78 da Lei nº 9.504/1997, a Lei das Eleições.

Disponível em: http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ap-artigo-condutas-vedadas-agentes-publicos-campanhas-eleitorais. Acesso em 10/2/2014.

Considerando que o texto tem caráter unicamente motivador e tendo em vista o conhecimento geral sobre a matéria, redija um texto dissertativo abordando necessariamente os seguintes tópicos:

a) O conceito de condutas vedadas no âmbito eleitoral.
b) A definição de agentes públicos para fins eleitorais.
c) Descrição de pelo menos três condutas vedadas (genéricas ou específicas) previstas na legislação eleitoral brasileira.

Área livre - rascunho na página seguinte

PROVA APLICADA

Rascunho

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	
35	
40	

PROVA APLICADA